Agroindustrial Vista Alegre S.A.

CNPJ nº 44.836.856/0001-77

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agroindustrial Vista Alegre S.A., vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações financeiras, As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2025 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de ltapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E DE 2025 *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	169	88
Contas a receber		187	–
Estoques	5	27.436	19.620
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.701	3.266
Outras contas a receber	8	1.165	241
Total do ativo circulante		**30.658**	**23.215**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a fornecedores – partes relacionadas	7	113.425	86.131
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.252	5.896
Depósitos judiciais		52	46
Outras contas a receber	8	77.683	82.870
Investimentos em outras sociedades		195	195
Imobilizado	9	268.713	272.213
Intangível		632	718
Total do ativo não circulante		**461.952**	**448.069**
Total do ativo		**492.610**	**471.284**
Passivo	**Nota**	**31/3/2026**	**31/3/2025**
Circulante			
Fornecedores	10	7.613	7.511
Obrigações sociais	11	8.580	8.327
Impostos e contribuições a recolher	12	9.026	8.719
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	12.567	11.799
Adiantamentos de clientes	14	21.223	6.832
Plano de recuperação judicial (PRJ)	23	258	956
Outras contas a pagar		269	2.910
Total do passivo circulante		**59.536**	**47.054**
Não circulante			
Partes relacionadas	7	47.707	33.207
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	1.250	1.558
Outras contas a pagar		830	770
Provisão para contingências	15	3.880	3.106
IRPJ e CSLL diferidos	16	12.624	15.309
Plano de recuperação judicial – PRJ	23	24.972	26.013
Resultado de exercícios futuros – PRJ	24	8.933	8.951
Total do passivo não circulante		**100.196**	**88.914**
Patrimônio líquido	17		
Capital Social		433.857	433.857
Instrumento para conversão em aumento de capital		1.653	–
Reserva de reavaliação		159	159
Ajuste de avaliação patrimonial		46.870	47.781
Prejuízos acumulados		(149.661)	(146.481)
Total do patrimônio líquido		**332.878**	**335.316**
Total do passivo e do patrimônio Líquido		**492.610**	**471.284**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Instrumento para conversão em aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1°/04/2024	**290.213**	**–**	**159**	**48.397**	**(140.035)**	**198.734**
Integralização de capital social	143.644	–	–	–	–	143.644
Realização do custo atribuído	–	–	–	(934)	934	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	–	318	–	318
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(7.380)	(7.380)
Saldos em 31/03/2025	**433.857**	**–**	**159**	**47.781**	**(146.481)**	**335.316**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(4.560)	(4.560)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.653	–	–	–	1.653
Realização do custo atribuído	–	–	–	(1.380)	1.380	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	–	469	–	469
Saldos em 31/03/2026	**433.857**	**1.653**	**159**	**46.870**	**(149.661)**	**332.878**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Receita operacional líquida	18	270.312	231.697
Custo dos produtos vendidos	19	(261.461)	(220.559)
Lucro bruto		8.851	11.138
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(8.138)	(10.944)
Comerciais	19	(8.971)	(7.413)
Outras receitas operacionais líquidas	19	2.486	1.139
		(14.623)	(17.218)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(5.772)	(6.080)
Receitas financeiras	20	1.521	2.315
Despesas financeiras	20	(2.524)	(5.814)
Resultado financeiro líquido		(1.003)	(3.499)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(6.775)	(9.579)
IRPJ e CSLL – diferidos	16	2.215	2.199
Prejuízo do exercício		(4.560)	(7.380)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/3/2026	31/3/2025
Prejuízo do exercício	(4.560)	(7.380)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	(4.560)	(7.380)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/3/2026	31/3/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício	**(4.560)**	**(7.380)**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	9.770	4.339
Ganhos com venda de investimentos	–	(561)
IRPJ e CSLL diferidos	(2.215)	(2.199)
Valor residual do imobilizado baixado	514	628
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	774	2.894
Receitas e despesas sem efeito caixa	–	92
	4.283	**(2.187)**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(187)	250
Impostos e contribuições a recuperar	6.209	6.476
Depósitos judiciais	(6)	1.343
Outras contas a receber	4.263	(62)
Estoques	(7.816)	(3.513)
	2.463	**4.494**
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	102	(1.815)
Obrigações sociais	253	1.460
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	767	(723)
Outras contas a pagar	(2.581)	3.577
Partes relacionadas	–	158
Adiantamentos de clientes	14.391	(7.007)
	12.932	**(4.350)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**19.678**	**(2.043)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao intangível	–	(340)
Adições ao imobilizado	(6.699)	(17.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(6.699)**	**(17.795)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	–	(10.000)
Partes relacionadas	(12.898)	(16.261)
Aumento de capital social	–	46.114
Caixa líquido (aplicado nas) originado pelas atividades de financiamento	**(12.898)**	**19.853**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**81**	**15**
Variação de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	169	88
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88	73
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**81**	**15**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agroindustrial Vista Alegre S.A. ("Companhia" ou "Vista Alegre"), com Sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol, energia elétrica, e demais produtos e subprodutos da cana-de-açúcar e atua como representante e agente para: • Produção e comercialização de açúcar, álcool e outros produtos extraídos da cana-de-açúcar; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo e vapor de descarga com cogeração de energia elétrica; • Importação e exportação de produtos relacionados as suas atividades (insumos agrícolas) e como exportadora comercial de etanol, e açúcar; • Comercialização de combustível. Cerca de 44% da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar), é produzida pela parte relacionada Agrícola Almeida S.A., com remuneração definida de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana). **1.1 Situação financeira e planos da Administração:** Com o encerramento da Recuperação Judicial e a equalização das dívidas, a Agroindustrial Vista Alegre S.A. através de sua administração, tem se dedicado a estruturar um plano de crescimento e consolidação financeira, baseado em sua capacidade operacional instalada do parque industrial, com moagem estimada em 1,8 milhões de toneladas. Dentre as principais ações já tomadas, destacam-se: • Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), em andamento; • Modernização da frota; • Desenvolvimento de alternativas de crédito; • Criação de um Comitê de Riscos de mercado e da implantação da política de riscos de mercado; • Comercialização de CBIOS. • Programa de crédito de carbono; e, • Programa de treinamento continuado dos colaboradores. **1.2 Recuperação Judicial:** Tendo em vista que a Companhia cumpriu com todas as obrigações previstas no Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, aprovado e homologado, com vencimento em até dois anos completados da concessão da Recuperação Judicial, foi solicitado ao Juízo da RJ o seu encerramento. O Administrador Judicial e o Ministério Público opinaram pelo encerramento da Recuperação Judicial. Assim em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial. As fases estabelecidas para plano de Recuperação Judicial, foram: • Em 01/09/2017, a Companhia ingressou com o pedido de Recuperação Judicial; • Em 15/09/2017, foi proferida decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial; • Em 23/09/2019, em Assembleia Geral de Credores (AGC), foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial; • Em 07/10/2019, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial; • Em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial; e • Em 08/08/2023 a sentença transitou em julgado, certificando que o processo foi baixado definitivamente no sistema. **2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e aos pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 16/09/2026. **2.2 Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas: • **Nota explicativa n° 8** - Recuperação dos ativos de longo prazo ("*impairment*"); • **Nota explicativa n° 9** - Vida útil dos ativos imobilizados; • **Nota explicativa n° 15** - Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. • **Nota explicativa n° 16** - IRPJ e CSLL diferidos; Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Companhia. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.5 Mensuração do valor justo:** Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: ☒ **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos. ☒ **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços). ☒ **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia é classificada como nível 1 e nível 2. **3. Políticas contábeis materiais:** O resumo das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1 Moeda estrangeira:** Os saldos de ativos e passivos decorrentes de operações em moeda estrangeira são convertidos para moeda nacional (R$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e do encerramento do exercício são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **3.2 Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial**: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente**: **Ativos financeiros - classificação**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ou ao VJORA - instrumento patrimonial ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir, e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**: **Ativos financeiros**: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere, nem mantém, substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente quase todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação de ativos e passivos financeiros**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Caixa e equivalentes de caixa**: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos em até 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **vi) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*")** : Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo por meio de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de "*impairment*" na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência de que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento serão impactados. Evidência objetiva de "*impairment*" poderia incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; • Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou recuperação judicial; • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e outros recebíveis, a provisão para perda de contas a receber é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Quando uma duplicata a receber é considerada irrecuperável, é baixada contra a conta de provisão para perda de contas a receber. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas em lucros e perdas. Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do "*impairment*" corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros compatível aplicada no mercado financeiro. **Baixa de ativos financeiros**: A Companhia baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para um terceiro. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que terá de pagar ao terceiro. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos. **3.3 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são registrados ao custo e acrescidos, quando aplicável, dos encargos acordados contratualmente. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, para perdas na realização dos adiantamentos a fornecedores, são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção e reduzido ao seu valor de recuperação, quando necessário. Em 31/03/2010, a Companhia optou por registrar o valor justo dos seus bens do ativo imobilizado tendo como contrapartida desta atualização a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme taxas divulgadas na Nota Explicativa n° 9. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço e o efeito de quaisquer mudanças nessas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que impliquem prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas, quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor líquido contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que sofreram alguma desvalorização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo e o contábil, diminuído dos custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que seu valor contábil, o valor contábil (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para os exercícios findos em 31/03/2026 e de 2025, não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável. **3.6 Provisão para ajuste do preço da cana:** A cana-de-açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de Açúcar Total Recuperável (ATR). O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na Rubrica "Fornecedores". **3.7 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar uma obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas, especificamente, está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no não circulante. **3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até a data do balanço, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **3.9 IRPJ e CSLL:** A despesa com IRPJ e CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para IRPJ é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada à alíquota de 15%, acrescido de

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/11/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Agroindustrial Vista Alegre S.A.

adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 e a CSLL é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos**: Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados o IRPJ e a CSLL diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **3.10 Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de açúcar, etanol e energia é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como despesa de venda. **3.11 Novas norma contábeis e interpretações:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia**: Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 01/04/2025 foram analisadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não efetivadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **(iii) CPC 51 / IFRS 18:** o CPC 51 (IFRS 18) estabelece novos conceitos fundamentais relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias distintas: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (*Management Performance Measures – MPMs*), bem como determina critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 01/01/2027.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/3/2026	31/3/2025
Caixa e bancos conta movimento	169	88

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5. Estoques:

	31/3/2026	31/3/2025
Etanol	–	132
Adiantamento a fornecedores de cana–de–açúcar	7.070	6.617
Insumos, matérias auxiliares e produtos em elaboração	159	325
Materiais diversos de manutenção	1.053	1.104
Combustíveis e lubrificantes	436	289
Custos de manutenção de entressafra	18.718	11.153
	27.436	**19.620**

O saldo de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar está classificado de acordo com a expectativa do recebimento de cana-de-açúcar daqueles fornecedores. Estes adiantamentos contemplam operações representadas exclusivamente por parcerias agrícolas e têm sua expectativa de realização vinculada à produção de cada propriedade dos parceiros. Os custos de manutenção de entressafra referem-se a gastos incorridos na manutenção do parque industrial fora da temporada, que são acumulados no decorrer da entressafra para alocação ao custo da produção industrial na safra seguinte.

6. Impostos e contribuições a recuperar:

	31/3/2026	31/3/2025
Indébito Tributário (PIS/COFINS)	1.332	6.260
ICMS a recuperar	26	490
ICMS sobre ativo imobilizado	222	197
PIS e COFINS	702	1.685
INSS – ressarcimento	340	340
IPI – Imposto sobre produto industrializado	5	27
Reintegra (exportações)	163	116
Outros	163	47
	2.953	**9.162**
Circulante	1.701	3.266
Não circulante	1.252	5.896

7. Saldos e transações com partes relacionadas: Composição do saldo:

Ativo não circulante:	31/3/2026	31/3/2025
Mútuo de créditos fiscais (nota explicativa nº 8) (ii):		
Indústria de Bebidas Tatuzinho Ltda.	76.213	76.213
Motocana Máquinas e Implementos Ltda.	31	31
	76.244	**76.244**
Adiantamento a fornecedores (i)		
Agrícola Almeida Ltda.	113.425	86.131
	113.425	**86.131**
Valores a receber de parte relacionada (nota explicativa nº 8):		
União Brasileira Participação e Representação Ltda.	–	4.558
	–	**4.558**

Passivo circulante:	31/3/2026	31/3/2025
Mútuo com pessoa jurídica:		
Indústria de Bebidas Tatuzinho Ltda.	7	7
Talavus Consultoria Empresarial Ltda.	32.500	18.000
Cachaça Brasileira S.A.	15.200	15.200
	47.707	**33.207**
Plano de recuperação judicial (nota explicativa nº 25) (iii)		
Tavares de Almeida Participações Ltda	300	300
LB Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	1.835	1.835
	2.135	**2.135**

Sobre as transações com as Companhias relacionadas: I. Agrícola Almeida S.A., refere-se a adiantamentos por conta de entrega futura de cana-de-açúcar, conforme contratos de parceria entre as partes. Cerca de 44% da matéria-prima (cana-de-açúcar) consumida na safra, é produzida pela parte relacionada Agrícola Almeida S.A. (nota explicativa nº1); **II.** Refere-se a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL), conforme contratos assinados entre as partes em conformidade com Lei nº 13.496/2017(PERT). **III.** Refere-se a créditos oriundos de partes relacionadas inclusos no plano de recuperação judicial da Companhia. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os Diretores fazem jus ao recebimento de remuneração mensal estabelecido mediante deliberação dos acionistas, sendo levado à conta de despesas gerais da Companhia no montante de R$ 2.514 em 31/03/2026 (R$ 2.035 em 31/03/2025).

8. Outras contas a receber:

	31/3/2026	31/3/2025
Mútuo de créditos fiscais com partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	76.244	76.244
Valores a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	–	4.558
Créditos diversos	2.249	1.954
Adiantamentos a fornecedores diversos	355	355
	78.848	**83.111**
Circulante	1.165	241
Não circulante	77.683	82.870

9. Imobilizado: a Composição:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31/3/2026 Líquido	31/3/2025 Líquido
Edificações e dependências	2,30%	61.428	(13.898)	47.530	47.530	47.549
Equipamentos e instalações	1,99%	396.416	(178.219)	218.197	218.197	220.549
Veículos, tratores e implementos	3,72%	3.277	(1.997)	1.280	1.280	1.748
Móveis e utensílios	6,11%	1.167	(732)	435	435	971
Computadores e periféricos	9,46%	2.011	(1.369)	642	642	767
Imobilizado em andamento		629	–	629	629	629
		464.928	**(196.215)**	**268.713**	**272.213**	

b Movimentação do imobilizado:

Custo	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo 31/03/2025	**59.807**	**390.984**	**4.100**	**1.859**	**1.953**	**629**	**459.332**
Adições	893	5.608	79	36	84	–	**6.699**
Transferências	728	–	–	(728)	–	–	**–**
Baixas	–	(176)	(902)	–	(26)	–	**(1.104)**
Saldo 31/03/2026	**61.428**	**396.416**	**3.277**	**1.167**	**2.011**	**629**	**464.928**
Depreciação							
Saldo 31/03/2025	**(12.258)**	**(170.435)**	**(2.352)**	**(888)**	**(1.186)**	**–**	**(187.119)**
Adições	(1.414)	(7.891)	(121)	(70)	(190)	–	(9.686)
Transferências	(226)	–	–	226	–	–	–
Baixas	–	107	476	–	7	–	590
Saldo 31/03/2026	**(13.898)**	**(178.219)**	**(1.997)**	**(732)**	**(1.369)**	**–**	**(196.215)**
	47.530	**218.197**	**1.280**	**435**	**642**	**629**	**268.713**

Custo	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo 31/03/2024	**51.588**	**380.890**	**4.855**	**1.782**	**1.328**	**3.799**	**444.242**
Adições	–	–	–	–	–	17.455	**17.455**
Transferências	8.219	11.041	560	79	626	(20.625)	**–**
Baixas	–	(1.047)	(1.315)	(2)	(1)	–	**(2.365)**
Saldo 31/03/2025	**59.807**	**390.984**	**4.100**	**1.859**	**1.953**	**629**	**459.332**
Depreciação							
Saldo 31/03/2024	**(11.847)**	**(167.332)**	**(3.459)**	**(848)**	**(1.074)**	**–**	**(184.560)**
Adições	(411)	(3.608)	(122)	(42)	(113)	–	(4.296)
Baixas	–	505	1.229	2	1		1.737
Saldo 31/03/2025	**(12.258)**	**(170.435)**	**(2.352)**	**(888)**	**(1.186)**	**–**	**(187.119)**
	47.549	**220.549**	**1.748**	**971**	**767**	**629**	**272.213**

10. Fornecedores:

	31/3/2026	31/3/2025
Equipamentos e serviços	**7.613**	**7.511**

11. Obrigações sociais:

	31/3/2026	31/3/2025
Salários a pagar	634	530
Encargos sociais sobre folha de pagamento	4.245	4.425
Férias e 13° salário a pagar	1.341	1.160
Encargos sobre férias e 13° salário	408	344
Funrural a recolher	1.099	1.062
Outras obrigações sociais	853	806
	8.580	**8.327**

12. Impostos e contribuições a recolher:

	31/3/2026	31/3/2025
IRPJ Retido na Fonte (IRRF)	89	88
Imposto Sobre Prestação de Serviços (ISS)	2.649	2.437
PIS e COFINS	1.509	1.428
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	4.753	4.753
Outros	26	13
	9.026	**8.719**

13. Parcelamentos de tributos e obrigações sociais:

	31/3/2026	31/3/2025
ICMS	1.595	1.797
FGTS	88	164
Parcelamento – Lei 13.988 de 14/04/2020–INSS	8.173	7.643
Parcelamento – Lei 10.522/02 – INSS	3.916	3.716
Parcelamento – Multas ANP	25	37
Parcelamento – ISS	20	–
	13.817	**13.357**
Circulante	12.567	11.799
Não circulante	1.250	1.558

• **Federal (INSS)** – Referente aos débitos federais, a Companhia vem aderindo a programas de parcelamentos oferecidos pela RFB/PGFN, com aproveitamento de benefícios referente a redução de multas, juros e encargos legais e a utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativo da CSLL para amortização do saldo devedor consolidado, após as deduções legais permitidas. Especificamente os parcelamentos - Lei nº 13.988 de 14/04/2020, encontram-se rescindidos, juntamente com demais débitos, que serão incluídos no programa da nova transação tributária de proposta individual, nos termos do Edital PGDAU 03/2025. Este edital prevê a liquidação antecipada de saldo de transação com pagamento de 30% do saldo devedor consolidado em 12 parcelas mensais e, o restante da dívida, liquidada com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras não houve consolidação do novo parcelamento. • **Estadual (ICMS)** – Em outubro de 2024 a Companhia aderiu ao programa de parcelamento conforme Resoluções SF/PGE de nº 1/2024 e 2/2024, utilizando-se do benefício da redução dos encargos de atualização monetária, pagamento de parte dos débitos com precatórios e o saldo restante parcelado em 60 meses. Em janeiro de 2025 a Companhia realizou novo parcelamento de saldos de ICMS, com parcelamento em 60 parcelas. Os parcelamentos têm vencimentos finais em agosto/2029, outubro/2029 e janeiro/2030, todos encontram-se atualizados e as respectivas parcelas liquidadas em seus vencimentos.

14. Adiantamentos de clientes:

	31/3/2026	31/3/2025
Crédito de clientes	**21.223**	**6.832**

O saldo de 31/03/2026, corresponde a contratos firmados com os clientes Triex Exportação Ltda. e Canex Exportação Ltda, ref. a adiantamento para a aquisição de 15.000 toneladas de açúcar VHP cada um, e Focus Energia S.A., referente a comercialização de energia.

15. Provisão para contingências: A Companhia é parte em processos trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores legais externos. A Companhia tem provisionado, em 31/03/2026 e de 2025, valores em face de processos cíveis e trabalhistas nos respectivos montantes de R$ 3.880 e R$ 3.106. Os processos trabalhistas e cíveis com probabilidade de riscos de perdas possíveis mensurados pelos especialistas são de R$ 4.620 em 31/03/2026 (R$ 9.214 em 31/03/2025). A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é como segue:

	31/3/2025	Adições/baixas	31/3/2026
Riscos trabalhistas	44	(6)	38
Riscos cíveis	3.062	780	3.842
	3.106	**774**	**3.880**

16. IRPJ e CSLL diferidos: a Natureza e expectativa de realização do IRPJ e da CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes de 25% para IRPJ e 9% para CSLL, perfazendo 34%, conforme a seguir:

Ativos	31/3/2026	31/3/2025
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	1.319	1.056
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	26.405	17.569
	27.724	**18.625**
Passivos		
Reserva de reavaliação	(79)	(86)
Diferenças temporárias de depreciação **(i)**	(16.124)	(9.233)
Custo atribuído sobre imobilizado	(24.145)	(24.614)
	(40.348)	**(33.933)**
Diferido líquido registrado no passivo	**(12.624)**	**(15.309)**

(i) Referem-se basicamente a diferença entre a depreciação fiscal e societária. **Movimentação dos impostos diferidos:**

Movimentação dos impostos diferidos	Saldo em 31/3/25	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/3/26
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	17.569	8.836	26.405
Provisão para processos trabalhistas e cíveis	1.056	263	1.319
	18.625	**9.099**	**27.724**
Passivo não circulante			
Reserva de reavaliação e IPC/90	(86)	7	(79)
Diferença de depreciação societária para fiscal	(9.233)	(6.891)	(16.124)
Custo atribuído imobilizado	(24.614)	469	(24.145)
	(33.933)	**(6.415)**	**(40.348)**
Passivo não circulante sem efeito no resultado	–	(469)	–
Valor líquido	**(15.308)**	**2.215**	**(12.624)**

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: A composição acionária é assim distribuída em 31/03/2026 e de 2025:

Acionistas	Ações	%	Em R$	%
Talavus Cons em Gestão Empresarial e Participações Ltda.	471.033	30,821%	151.247	34,861%
Tatre Administração e Participações Ltda	431.408	28,228%	96.647	22,276%
Tavares de Almeida Participações S.A.	299.500	19,597%	28.453	6,558%
LB – Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	279.112	18,263%	110.469	25,462%
Agrícola Almeida S.A.	33.833	2,214%	41.737	9,620%
Agropecuária Dourados S.A.	3.932	0,257%	1.556	0,359%
Agropecuária Santa Irene Ltda	2.883	0,189%	1.141	0,263%
Marco Antonio Cezar Carlos	1.799	0,118%	712	0,164%
Nilton Jose Soares da Silva	995	0,065%	394	0,091%
Yara Ribas Batista	781	0,051%	309	0,071%
Antônio Alves dos Santos Filho	769	0,050%	304	0,070%
Banco Voiter S.A.	554	0,036%	219	0,051%
Joinvile Batista Junior	535	0,035%	212	0,049%
Carlos Eduardo Vieira Ribeiro	490	0,032%	194	0,045%
Ottani Indústria e Comércio Ltda	223	0,015%	87	0,020%
Unimed Itapetininga – Coop Trab Médico	201	0,013%	79	0,018%
Maria José Barretti	130	0,009%	51	0,012%
Alexander Kapolla	111	0,007%	44	0,010%
	1.528.289	**100%**	**433.857**	**100%**

b) Ajuste de avaliação patrimonial: É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento técnico CPC 27 e a Interpretação técnica ICPC 10, líquido de efeitos tributários. Posteriormente, na medida em que os bens, objeto da atribuição do novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de ajuste de avaliação patrimonial para lucros acumulados. Os montantes são reconhecidos líquidos de efeitos tributários.

18. Receita operacional líquida:

	31/3/2026	31/3/2025
Açúcar	171.407	167.160
Etanol	107.001	61.404
Energia elétrica	10.679	16.335
Bagaço	139	–
Óleo Fúsel	275	–
	289.501	**244.900**
Impostos/devoluções	(19.189)	(13.203)
Receita líquida de vendas	**270.312**	**231.697**

19. Custos e despesas por natureza:

	31/3/2026	31/3/2025
Consumo de matéria–prima e insumos	(202.795)	(168.222)
Salários, encargos e benefícios	(19.089)	(17.628)
Material de uso e consumo	(11.577)	(11.276)
Depreciação e amortização	(9.686)	(3.857)
Serviços de terceiros	(31.440)	(18.814)
Energia elétrica e água	(903)	(1.018)
Despesas com comunicação	(1.465)	(178)
Contingências trabalhistas e cíveis	(781)	(3.055)
Reversão da provisão para contingências trabalhistas e cíveis	–	161
Despesas legais, jurídicas e tributárias	(1.377)	(5.735)
Créditos de descarbonização (CBIO)	–	741
Ganhos com redução em reparcelamentos ICMS	–	864
Acordos realizados com partes relacionados saldo RJ	–	320
Ganhos obtidos na baixa de investimentos	2.084	722
Deságio apurado na aquisição de precatórios	503	1.899
Custo de aquisição de energia para revenda	(610)	(11.519)
Perdas com comercialização de energia mercado livre	–	(1.097)
Outros custos e despesas	–	(670)
Outros resultados operacionais líquidos	1.052	585
Total	**(276.084)**	**(237.777)**

Classificação	31/3/2026	31/3/2025
Custos dos produtos vendidos	(261.461)	(220.559)
Despesas comerciais	(8.971)	(7.413)
Despesas gerais e administrativas	(8.138)	(10.944)
Outros resultados operacionais líquidos	2.486	1.139
	(276.084)	**(237.777)**

20. Resultado financeiro líquido:

	31/3/2026	31/3/2025
Juros ativos	398	1.345
Receitas de aplicação financeira	3	1
Descontos obtidos	160	78
Receitas de CBIOS	–	864
Variação monetária ativa	945	27
Outras receitas financeiras	15	–
Receitas financeiras	**1.521**	**2.315**
Despesas com comissões bancárias	(39)	(45)
Juros de mora	(95)	(62)
Juros e multas sobre impostos pagos em atraso	(1.731)	(3.934)
Descontos concedidos	(346)	(1.468)
Outras despesas financeiras	(313)	(305)
Despesas financeiras	**(2.524)**	**(5.814)**
	(1.003)	**(3.499)**

21. Instrumentos financeiros: De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação de seu potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: **a Considerações gerais**: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

Ativos ao custo amortizado:	31/3/2026	31/3/2025
Caixa e equivalentes a caixa	169	88
Contas a receber	187	–
Adiantamento a fornecedores – Partes relacionadas	113.425	90.689
Outras contas a receber partes relacionadas	76.244	76.244
Outras contas a receber	2.604	2.309
Passivos ao custo amortizado:		
Fornecedores	7.613	7.511
Plano de recuperação judicial	23.095	24.834
Partes relacionadas – RJ	2.135	2.135
Partes relacionadas	47.707	33.207
Outras contas a pagar	1.099	3.680

O valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado ou de realização na data do balanço. **b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** Os principais fatores de risco que a Administração está exposta refletem em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são: • Risco de preço dos produtos; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco operacional A Administração não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **c Risco de preço das mercadorias:** Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado. **d Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e partes relacionadas. É o risco de perda financeira no caso de cliente ou contraparte de instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia controla o risco de crédito em relação a cada um de seus produtos: • **Energia elétrica:** é integralmente comercializada no mercado livre, com fixações de preço da garantia física e negociações de curto prazo para o excedente, com pagamentos até o sexto dia útil do mês subsequente ao mês de fornecimento, conforme volume e preço negociados durante o período do mercado de curto prazo. Caso não ocorra negociação entre a Companhia e os demais agentes, esta energia é liquidada no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio do mês de fornecimento, com pagamento na data de liquidação do mercado de curto prazo na CCEE, que ocorre até o mês subsequente mais vinte e cinco dias úteis, descontado a inadimplência do Ambiente de Livre Contratação (ACL) no período; • **Açúcar:** a totalidade da produção de açúcar é exportada pelas Companhias comerciais exportadoras Viterra, Canex, Triex e Czarnikow Brasil Ltda, Timbro e Louiz Dreyfus, com recebimento semanal de 80% e 100% do açúcar depositado nos armazéns portuários, constituindo praticamente operação à vista, sendo o volume remanescente (quando houver) liquidado contra apresentação dos documentos de remessa; • **Etanol:** 60% da produção é vendida por meio de contrato com pagamentos semanais. O volume remanescente é vendido no mercado à vista com pagamento antecipado; e • **Adiantamentos para fornecimento de cana:** a Companhia acompanha a evolução dos principais fornecedores quanto à capacidade de honrarem com as entregas programadas. O principal fornecedor é a Agrícola Almeida S.A., Companhia relacionada e de controle comum dos acionistas da Companhia. Quando necessário, a Companhia estabelece provisão para redução ao valor recuperável que representa suas estimativas de perdas incorridas em relação a duplicatas e outros recebíveis. Esta provisão está relacionada, principalmente, à perda específica relacionada a exposições individuais significativas e a um componente de perda coletivo estabelecido em relação a grupos de ativos similares no tocante a perdas incorridas, mas ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em dados históricos de estatística de pagamento relativos a ativos financeiros similares. Em 31/03/2026 a Companhia não reconheceu qualquer provisão para perdas com recebíveis. **e Risco de liquidez:** O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui uma gestão efetiva sobre o fluxo de caixa, que seja consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital de terceiros. As principais fontes da Companhia derivam dos acionistas, do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e credores do plano de recuperação judicial. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita, o capital de giro, capital de investimento, e amortização de dívidas. **f Risco operacional:** É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes de várias causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como consequência de exigências de lei e de normas geralmente aceitas de conduta comercial. No tocante a riscos operacionais, são contratadas apólices de seguro específicas para cobrir danos que possam ocorrer

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/11/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Agroindustrial Vista Alegre S.A.

em nosso parque industrial, como avaria de maquinário, veículos, danos elétricos, vendavais e incêndio, que garantem a substituição das perdas. **21.1 Gestão de risco de capital:** A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e outras contas a receber de partes relacionadas e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os resultados acumulados. Sistematicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e analisa sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são: salvaguardar a capacidade de solvência e a continuidade das operações, além de manter uma estrutura de capital possível para reduzir custo e maximizar os recursos a serem aplicados nos negócios existentes. Dessa forma a Companhia vem mantendo negociações com o pool de bancos que financiou seu projeto de ampliação e de cogeração no sentido de adequar o custo e o fluxo de pagamentos do seu endividamento de acordo com a sua geração de caixa. Além disso, a Companhia está em fase de negociação dos valores que estão sendo executados por determinadas instituições financeiras. **22. Compromissos de vendas e compras:** Em 31/03/2026, a Companhia tinha firmado os seguintes compromissos: **a Vendas de etanol no mercado interno:** A Companhia não tem contratos negociados para fornecimento de etanol para a safra 2026/2027, somente venda Spot. **b Vendas de energia elétrica:** A Companhia passou a vender energia no mercado livre de curto prazo. Nesta modalidade de venda, a Companhia vem auferindo uma receita bruta média de R$ 390 (Trezentos e Noventa Reais) por MWh, referentes à comercialização de 27.361 MWh (2025 - R$ 74 referentes a 22.093 MWh). **c Contrato de entrega de açúcar VHP – exportação:** Em 31/03/2026 a Companhia havia firmado contratos em que se compromete a entregar a quantidade de 67.694 mil toneladas de açúcar VHP na safra 2026/2027, com possibilidades de 7.000 toneladas adicionais a serem contratadas. **d Contrato de aquisição de matéria prima:** A Agroindustrial Vista Alegre S.A. mantém diversos contratos de compra de cana-de-açúcar de terceiros, incluindo sua Coligada Agrícola Almeida S.A., que mantem com diversos parceiros agrícolas o contrato para a exploração da cultura da cana-de-açúcar, com períodos de vigência de um a dois ciclos da cana-de-açúcar (seis ou doze anos), sendo em sua maioria renováveis a critério da sua coligada Agrícola Almeida S.A. ao término desses períodos. Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA). Em 31/03/2026, as estimativas de pagamentos futuros nos contratos de parcerias rurais são assim apresentadas: **Contratos de parceria agrícola - estimativas de pagamentos:**

	31/3/2026	31/3/2025
Até um ano	15.475	14.500
Mais de um ano e menos de cinco anos	57.288	61.484
Mais de cinco anos	1.812	3.025
	74.575	**79.009**

23. Plano de Recuperação Judicial – PRJ: Tendo em vista que a Companhia vem cumprindo com todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, aprovado e homologado, com vencimento em até dois anos completados da concessão da Recuperação Judicial, O Administrador Judicial e o Ministério Público opinaram pelo encerramento da Recuperação Judicial.

	31/3/2026	31/3/2025
Credores – Garantia real	1.431	1.653
Credores – Quirografários	2.970	2.973
Credores – ME e EPP	494	1.167
Credores – Estratégicos	18.200	19.041
Credores – Partes relacionadas	2.135	2.135
	25.230	**26.969**
Circulante	258	956
Não circulante	24.972	26.013

	31/3/2026	31/3/2025
	25.230	**26.969**

24. Resultado de exercícios futuros – PRJ:

	31/3/2026	31/3/2025
Fornecedores de materiais e serviços	2.327	2.345
Fornecedores de cana/parcerias agrícolas	4.311	4.311
Partes relacionadas	765	765
Outros credores	1.530	1.530
	8.933	**8.951**

A diferença entre os valores registrados contabilmente da dívida e o valor habilitado e homologado no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), proporcionaram um ganho, todavia estes valores não foram reconhecidos no resultado no momento da ocorrência pois a Administração entende que existem outras partes além da Companhia, que fazem parte das transações financeiras (avalistas, garantidores etc.) que podem vir a requerer o pagamento da dívida, assim sendo os ganhos teriam que ser revertidos e, portanto, o reconhecimento dos ganhos se dará definitivamente no momento da liquidação financeira da dívida. De acordo com avaliação técnica e práticas contábeis vigentes, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial.

A DIRETORIA

Paulo de Oliveira Camargo — **Fernando Eduardo Amado Tersi**
Carlos Alberto Vencel — **Thelma Bueno Manucci**

Edson Crispe - *Contador - CRC-1SP 134837/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da **Agroindustrial Vista Alegre S.A.,** Itapetininga/SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agroindustrial Vista Alegre S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroindustrial Vista Alegre S.A. em 31/03/2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Receita oriunda de redução de dívida**: Conforme mencionado na nota explicativa n° 24 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém o saldo de R$ 8.933 mil registrado no passivo não circulante sob a rubrica "Resultado de exercícios futuros – PRJ", referente à receita oriunda da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial, homologada em 07/10/2019. De acordo com a avaliação técnica, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial. Em decorrência desse assunto, o passivo não circulante está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R$ 8.933 mil, respectivamente. **Outras contas a receber – mútuo de créditos fiscais:** Conforme mencionado nas notas explicativas n°s 7 e 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2026 apresenta na rubrica outras contas a receber, valores a receber de parte relacionada, provenientes de mútuo de créditos fiscais, no montante de R$ 76.244 mil. A realização desses valores em sua totalidade dependerá de novas oportunidades fiscais de utilização e de ações em conjunto das Administrações do grupo econômico do qual fazem parte, incluindo medidas para geração de resultados futuros. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Companhia não havia elaborado uma análise sobre possível redução no valor recuperável desse ativo, que poderia, de forma relevante, afetar certos elementos das demonstrações financeiras. Os efeitos desse assunto não foram determinados. **IRPJ e CSLL diferidos:** Conforme nota explicativa n° 16, a Companhia registrou IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, fundamentados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Contudo, a realização desses créditos tributários, no montante de R$ 26.405 mil em 31/03/2026, dependerá da concretização desses lucros. Importante destacar que os prejuízos fiscais e as bases negativas não possuem prazos prescricionais, e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais, conforme a legislação fiscal vigente. Não foi possível, no momento, avaliar com segurança a capacidade de a Companhia gerar lucros tributários futuros suficientes para garantir a realização desses créditos e, consequentemente, não podemos concluir, como de fato não concluímos, sobre o assunto. **Ênfases: Transações com partes relacionadas**: Chamamos atenção para a nota explicativa n° 7, que demonstra transações em montantes significativos e em condições específicas com partes relacionadas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela Administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações. Caso fossem realizadas com terceiros, os resultados dessas transações poderiam ser diferentes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2025, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório de auditoria, datado de 15/10/2025, continha as seguintes ressalvas: a) não reconhecimento da receita sobre redução de dívida do plano de recuperação judicial; b) impossibilidade de concluir sobre a realização de outras contas a receber com partes relacionadas; e c) reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 16/09/2026
Moore Prisma Auditores Independentes CRC 2SP017256/O-3
Octávio Bution Neto Contador – CRC SP243568/O-1

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo